

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONCURSO PÚBLICO 2013

## OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS DE NOTAS E DE REGISTRO

### PROVIMENTO

PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO ( $P_1$ )

MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de prova. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes à prova objetiva de seleção ( $P_1$ ). Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

*Não há nada como o sonho para criar o futuro.*

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 5 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e deixe o local de prova.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na Folha de Respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

#### OBSERVAÇÕES:

• Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

• Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.

• É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

**cespeUnB**  
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

- Nas questões de 1 a 100, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CF = Constituição Federal de 1988; DF = Distrito Federal; MP = Ministério Público; STF = Supremo Tribunal Federal; TJES = Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

## PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO (P<sub>1</sub>)

### QUESTÃO 1

Em Vitória – ES, decisões sobre requerimento de registro e arquivamento de contratos de sociedades comerciais e sobre pedidos de firmas estrangeiras no Brasil competem ao

- A) juizado especial cível.
- B) corregedor geral de justiça do Estado.
- C) vice-presidente do tribunal de justiça.
- D) presidente do tribunal de justiça, originariamente.
- E) juiz de direito do juízo cível.

### QUESTÃO 2

Acerca do selo digital nos serviços notariais e do registro do estado do Espírito Santo, assinale a opção correta com base no Provimento n.º 40/2011, da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Espírito Santo.

- A) Qualquer problema referente à utilização dos selos digitais deve ser comunicado ao presidente do tribunal de justiça.
- B) O delegatário titular, interino ou interventor da serventia é o responsável exclusivo pela correta utilização dos selos digitais solicitados.
- C) A sequência de numeração dos selos digitais compõe o acervo do tribunal de justiça.
- D) O selo digital é gratuito.
- E) A cessão de números de selos digitais entre serventias registradas com código nacional de serventias distinto depende da autorização da corregedoria geral da justiça.

### QUESTÃO 3

Supondo que, em decisão que decretou a suspensão do expediente forense nas repartições subordinadas ao Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo em determinado dia da semana, nada constasse a respeito das serventias do foro extrajudicial, assinale a opção correta.

- A) O ato de suspensão do expediente é anulável, pois deveria ter se pronunciado sobre as serventias do foro extrajudicial.
- B) Os serviços notariais e registrais devem suspender suas atividades, mantendo pelo menos um notário ou registrador cumprindo o expediente normal.
- C) Os serviços notariais e registrais do estado devem suspender seu funcionamento.
- D) Os serviços notariais e registrais devem funcionar em regime de meio expediente, com compensação de horário na semana que anteceder o dia da suspensão.
- E) A suspensão do expediente forense não implica alteração do normal funcionamento dos serviços notariais e registrais do estado.

### QUESTÃO 4

A respeito da atividade inspeccional nos serviços extrajudiciais das comarcas e juízos, assinale a opção correta com base no Provimento n.º 37/2013, da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Espírito Santo.

- A) A atividade inspeccional realizada por um juiz de direito restringe-se às atividades correccionais da Corregedoria-Geral de Justiça.
- B) A atividade de apuração de representações é indelegável devendo ser realizada pelo corregedor-geral de justiça.
- C) A visita inspeccional depende de edital específico.
- D) A atividade inspeccional é efetuada *in loco*.
- E) A atividade inspeccional compete exclusivamente ao corregedor-geral da justiça.

### QUESTÃO 5

Assinale a opção correta com base no Provimento n.º 37/2013, da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Espírito Santo.

- A) É vedada a instalação de sucursal de serviço notarial e registral.
- B) Para que uma serventia notarial e registral mantenha sucursal, o presidente do tribunal de justiça do estado deve autorizar sua instalação, por meio de portaria.
- C) A serventia notarial e registral pode manter sucursal de seus serviços se o notário se fizer presente na sucursal pelo menos duas vezes por semana.
- D) Para que uma serventia notarial e registral mantenha sucursal, é necessária autorização do governador do estado.
- E) A instalação de sucursal de serviço notarial e registral deve obedecer ao princípio da territorialidade.

### QUESTÃO 6

Acerca da classificação das constituições, da aplicabilidade das normas constitucionais e do poder constituinte, assinale a opção correta.

- A) A Constituição do Estado do Espírito Santo é resultante do exercício do poder constituinte derivado decorrente.
- B) O poder constituinte originário é condicionado à ordem constitucional anterior, a qual impõe os limites e parâmetros pelo qual poderá ser exercido.
- C) As normas brasileiras definidoras das garantias fundamentais não têm aplicação imediata, conforme expressa previsão constitucional.
- D) A CF pode ser classificada como uma constituição escrita, analítica, dogmática e flexível.
- E) A constituição, quanto à origem, pode ser promulgada ou outorgada, sendo a constituição outorgada originada do trabalho de uma assembleia nacional constituinte. No Brasil, é exemplo de constituição outorgada a Carta Constitucional de 1824.

**QUESTÃO 7**

Com relação às normas constitucionais relativas à estrutura e à competência dos entes federados e à intervenção federal, assinale a opção correta.

- A** A CF veda expressamente a divisão do Distrito Federal e dos territórios em municípios.
- B** A União só pode intervir nos estados e no Distrito Federal para repelir invasão de uma unidade da Federação em outra, desde que haja requisição do STF para tanto.
- C** Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos estados e municípios, mas, no que se refere à competência tributária, são-lhes atribuídas apenas as competências correspondentes às dos estados, e não às dos municípios.
- D** Incluem-se entre os bens dos estados todas as ilhas fluviais e lacustres existentes em seu território ou em zonas limítrofes com outros países.
- E** Compete aos municípios promover, no que lhes couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

**QUESTÃO 8**

Considerando os dispositivos constitucionais e a jurisprudência sumulada do STF acerca da ordem econômica e financeira, incluindo-se seus princípios gerais, as disposições acerca de política urbana, política agrícola, fundiária e sistema financeiro nacional, assinale a opção correta.

- A** O monopólio da União, em relação às jazidas de petróleo, engloba a pesquisa e a lavra e, em relação às jazidas de gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, refere-se apenas à lavra.
- B** Mesmo antes da Emenda Constitucional n.º 29/2000, lei municipal que estabelecesse alíquotas progressivas para o IPTU, ainda que com o fim de assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana, seria constitucional.
- C** Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impeça a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
- D** Ressalvados os casos previstos na CF, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só é permitida se necessária aos imperativos da segurança nacional, nos termos de lei complementar.
- E** Estão elencadas expressamente na CF, entre os princípios da ordem econômica, a livre concorrência e a defesa do meio ambiente, mas não a propriedade privada.

**QUESTÃO 9**

Acerca das funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

- A** É função institucional do MP defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- B** A CF assegura às defensorias públicas estaduais autonomia funcional e administrativa, mas não lhes garante a iniciativa de sua proposta orçamentária.
- C** A norma constitucional que assegura a inviolabilidade do advogado por seus atos e manifestações no exercício da profissão é de eficácia plena e de caráter absoluto e não contida, uma vez que não se subordina a limites estabelecidos por norma infraconstitucional.
- D** O advogado-geral da União é livremente nomeado, pelo presidente da República, entre os integrantes das carreiras da Advocacia-Geral da União, com mais de dez anos de efetivo exercício no cargo e maiores de trinta e cinco anos de idade.
- E** A CF prevê expressamente que o procurador-geral da República seja nomeado pelo presidente da República entre integrantes de lista tríplice votada pelos membros da carreira do Ministério Público da União, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal.

**QUESTÃO 10**

No que concerne à defesa do Estado e das instituições democráticas e da ordem social, assinale a opção correta.

- A** É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país, ressalvados os casos legalmente previstos.
- B** Cabe ao presidente da República decretar o estado de sítio, devendo, para tanto, ouvir o STF, a quem compete definir os termos da decretação.
- C** A CF prevê expressamente a possibilidade de impetração de *habeas corpus* em caso de punições disciplinares militares.
- D** Mesmo em tempo de paz, a CF submete todos os brasileiros ao serviço militar obrigatório, independentemente de gênero, profissão de fé ou razões de consciência.
- E** A CF afasta expressamente a uniformidade e a equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, uma vez que o conjunto de benefícios e serviços garantidos às populações rurais é mais restrito.

**QUESTÃO 11**

Com base na disciplina constitucional, legal e jurisprudencial do controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- A** De acordo com a jurisprudência dominante do STF, não é possível, em sede de ação civil pública, a declaração incidental de inconstitucionalidade de norma, mesmo que seja prejudicial meramente ao pedido inicial.
- B** É possível o ajuizamento de ação declaratória de inconstitucionalidade, junto ao STF, contra lei distrital editada no exercício da competência legislativa privativa atribuída pela CF aos municípios e ao Distrito Federal.
- C** No ordenamento jurídico brasileiro, é possível a modulação dos efeitos de uma decisão do STF que declara a inconstitucionalidade de uma norma, estabelecendo que sua eficácia somente venha a ocorrer a partir do trânsito em julgado da decisão, ou de outro momento que venha a ser fixado, desde que a decisão tenha sido tomada pela maioria absoluta dos votos dos integrantes do tribunal.
- D** Lei estadual que dispuser sobre matérias atinentes a trânsito e transporte padecerá inconstitucionalidade formal, por ser essa matéria de competência legislativa privativa da União.
- E** A CF, de modo semelhante às modernas constituições europeias, estabeleceu sistema de controle concentrado de constitucionalidade, de competência do STF, mas não adotou o sistema de controle difuso de constitucionalidade.

**QUESTÃO 12**

Conforme dispõe o Código Tributário Nacional (CTN), extingue o crédito tributário

- A** a anistia.
- B** a concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- C** a remissão.
- D** o depósito do montante integral do crédito tributário.
- E** a moratória.

**QUESTÃO 13**

Assinale a opção correta acerca do imposto de transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCMD).

- A** Por ser tributo real, o ITCMD não pode ser progressivo.
- B** A competência para a instituição do ITCMD é da União no território do DF.
- C** A competência para a instituição do ITCMD é dos municípios e do DF.
- D** A instituição do ITCMD relativo a bens imóveis e respectivos direitos compete ao município da situação do bem e ao DF.
- E** A instituição do ITCMD relativo a bens móveis, títulos e créditos compete ao estado onde se processa o inventário ou o arrolamento, ou onde tiver domicílio o doador, ou ao DF.

**QUESTÃO 14**

No que concerne à competência tributária, assinale a opção correta.

- A** Os estados e o DF têm competência para instituir o IPVA.
- B** A União tem competência para instituir o imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) de veículos localizados no DF.
- C** Os estados e o DF têm competência para instituir o ITBI, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como a cessão de direitos a sua aquisição.
- D** Mediante lei ordinária, a União tem competência para instituir os impostos residuais.
- E** A competência para instituir o imposto sobre a propriedade territorial rural é dos municípios, desde que haja convênio entre esses e a União.

**QUESTÃO 15**

O imposto incidente sobre a renda e proventos de qualquer natureza

- A** deve ser instituído pela União e, subsidiariamente, pelos estados.
- B** é tipicamente regressivo.
- C** deve ser informado pelos critérios da não cumulatividade, universalidade e da progressividade.
- D** tem caráter real.
- E** deve ser informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade.

**QUESTÃO 16**

Conforme disposto no CTN, os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros, mediante

- A** citação.
- B** intimação escrita, independentemente de ordem judicial.
- C** intimação escrita ou oral.
- D** ordem judicial, exclusivamente.
- E** intimação escrita condicionada à ordem judicial.

**QUESTÃO 17**

Assinale a opção correta no que se refere ao imposto sobre transmissão de bens imóveis (ITBI).

- A** A competência para instituir o ITBI é dos municípios e do DF, e da União, em território federal que não seja dividido em municípios.
- B** O ITBI incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica, em geral, em realização de capital.
- C** O ITBI incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica em geral.
- D** A instituição do ITBI compete ao estado da situação do bem.
- E** A competência para instituir o ITBI é privativa dos estados e do DF.

**QUESTÃO 18**

Considerando a proteção jurídica conferida ao nome civil, direito da personalidade, assinale a opção correta.

- A Em relação às pessoas físicas, o nome é indisponível e transmissível.
- B O nome dado às pessoas jurídicas é um direito prescritível, podendo o titular perdê-lo pelo seu não uso.
- C A imutabilidade absoluta é a principal característica do nome civil.
- D O nome produz efeitos *erga omnes* e é obrigatório.
- E O nome dado às pessoas jurídicas é exclusivo e insuscetível de desapropriação pelo poder público.

**QUESTÃO 19**

No que se refere ao patrimônio das pessoas jurídicas, assinale a opção correta.

- A Para que haja a desconsideração da personalidade jurídica, é indispensável que se demonstre o desvio de finalidade ou a confusão patrimonial, mesmo em se tratando de relações regidas pelo CDC.
- B Para a comprovação do requisito da confusão patrimonial, exige-se demonstração de má-fé, elemento subjetivo, dos sócios.
- C A desconsideração da personalidade jurídica não pode ser admitida com fulcro na violação dos estatutos ou do contrato social.
- D Só se aplica a desconsideração da personalidade jurídica quando comprovada a prática de ato irregular e, limitadamente, aos administradores ou sócios que nela hajam incorrido.
- E No Código Civil brasileiro, adota-se a teoria menor da desconsideração da pessoa jurídica, ao passo que, no Código de Defesa do Consumidor (CDC), é adotada a teoria maior da desconsideração.

**QUESTÃO 20**

Considerando a ampla proteção jurídica conferida aos bens no Código Civil, assinale a opção correta.

- A Os bens incorpóreos podem ser defendidos por meio da tutela possessória.
- B Consideram-se benfeitorias os acréscimos sobrevindos ao bem, ainda que em decorrência de fenômenos da natureza.
- C Os direitos autorais são bens móveis.
- D Tanto os bens móveis quanto os imóveis podem ser objeto de mútuo.
- E O direito à sucessão aberta é considerado bem móvel.

**QUESTÃO 21**

No que se refere ao direito de propriedade, assinale a opção correta.

- A No Código Civil, são enumerados quatro modos de aquisição de propriedade imobiliária: sucessão, usucapião, acessão e transcrição.
- B O título aquisitivo de propriedade constitui direito real mesmo antes de ser registrado.
- C A detecção de eventual vício no negócio jurídico poderá, a qualquer tempo, justificar a invalidação do registro do bem imóvel.
- D Cancelado o registro, poderá o proprietário reivindicar o imóvel, desde que demonstre que o tenha adquirido de boa-fé.
- E O casamento pela comunhão universal de bens não é considerado modo aquisitivo de propriedade imobiliária.

**QUESTÃO 22**

A respeito da sociedade conjugal, assinale a opção correta.

- A O pacto antenupcial não terá validade entre as partes nem perante terceiros se não for registrado em cartório imobiliário.
- B Os salários percebidos pelos cônjuges em contraprestação ao trabalho não se comunicam no regime de comunhão parcial.
- C O cartório imobiliário perante o qual deve ser registrado o pacto antinupcial é o do domicílio dos nubentes, e não o do lugar em que estejam registrados seus bens.
- D A autorização do cônjuge é indispensável para a alienação ou gravação de ônus real dos bens imóveis, independentemente do regime de bens do casamento.
- E Para a locação de imóvel urbano por mais de cinco anos, impõe-se a concordância de ambos os cônjuges.

**QUESTÃO 23**

Assinale a opção correta, em relação aos atos de registros de imóveis.

- A Transcrição é definida como o registro de instrumento, por determinação legal, para tornar um documento como de conhecimento do público.
- B A averbação é ato constitutivo de domínio.
- C É possível a abertura de matrícula de parte ideal de imóvel possuído em condomínio.
- D Para o remembramento, é indispensável que as propriedades envolvidas sejam limitrofes.
- E Não é possível a retificação, pelo oficial de registro, de erro que conste no teor de registro imobiliário.

**QUESTÃO 24**

Assinale a opção correta no que se refere ao bem de família.

- A O bem de família não abrange valores mobiliários.
- B O titular de um imóvel não pode instituí-lo como bem de família em favor de terceiro.
- C O bem de família é isento de execução por dívidas posteriores inclusive em relação às despesas do condomínio.
- D O bem de família se extingue com a morte dos cônjuges.
- E O bem de família torna-se impenhorável depois de instituído e registrado no cartório de imóveis, exceto no caso de dívida existente antes da referida constituição em bem de família.

**QUESTÃO 25**

Assinale a opção correta acerca dos aspectos processuais do mandado de segurança.

- A A pendência de apreciação de recurso administrativo sem efeito suspensivo represa o prazo decadencial para impetração de mandado de segurança.
- B Cabe recurso ordinário das decisões concessivas em mandado de segurança proferidas em única instância pelos tribunais.
- C Com exceção de *habeas corpus*, os processos de mandado de segurança tramitam com prioridade sobre todos os demais atos judiciais, inclusive os feitos eleitorais.
- D A decisão denegatória de mandado de segurança não faz coisa julgada material, pois não impede que o impetrante busque, mediante via apropriada, novamente, a satisfação do direito.
- E No *writ* coletivo, a liminar só poderá ser concedida após a audiência da autoridade impetrada, que deverá manifestar-se no prazo de setenta e duas horas.

**QUESTÃO 26**

Em determinada ação, o autor, incapaz, pleiteou indenização por danos materiais, tendo o juiz concedido, na sentença, indenização por danos morais, no mesmo valor pleiteado, com motivação no abalo emocional sofrido. Houve interposição de embargos de declaração em que se apontou o erro, tendo sido negado provimento ao recurso. Na sequência, foram interpostas apelações.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A A sentença é nula por ser *ultra petita*.
- B O incapaz não tem interesse recursal, já que obteve o valor pretendido.
- C O Ministério Público tem legitimidade e interesse para recorrer no caso.
- D O tribunal pode sanear a referida sentença, aplicando o princípio da causa madura.
- E A negativa de provimento aos embargos de declaração justifica-se pela impossibilidade de correção da falha apontada nesse tipo de recurso.

**QUESTÃO 27**

No que se refere a formação, suspensão e extinção do processo, assinale a opção correta.

- A Não é permitida a alteração do pedido ou da causa de pedir após o saneamento do processo.
- B Dada a independência entre as jurisdições, não se cogita a existência de prejudicialidade externa de processo penal em relação ao cível.
- C Conforme definição legal, a sentença é o ato por meio do qual o juiz põe fim ao processo, decidindo, ou não, o mérito da causa.
- D O indeferimento de petição inicial fundada na prescrição da pretensão ocorre por meio de sentença terminativa.
- E Considera-se formado o processo com a citação ou o comparecimento espontâneo do réu, quando então fica estabelecida a relação jurídica.

**QUESTÃO 28**

Em ação de cobrança promovida pelo banco XY, o réu, Divino, viúvo e sem dependentes, foi condenado a pagar R\$ 1 milhão à instituição financeira. Após o trânsito em julgado, iniciada a fase de cumprimento de sentença, o banco XY acrescentou, na planilha de cálculos do valor da condenação, 10% a título de honorários advocatícios — omitidos na decisão transitada em julgado. Ademais, indicou à penhora o único imóvel do devedor, no qual ele residia. Divino impugnou a execução por excesso, tendo ocorrido a rejeição liminar da impugnação. Ainda insatisfeito, Divino recorreu, juntando a guia de preparo no dia seguinte ao do protocolo.

Nessa situação hipotética,

- A para que o patrono possa receber a intimação para o cumprimento de sentença pelo devedor, é necessária a outorga de procuração com poderes específicos.
- B o impugnante não se desincumbiu do ônus processual de declarar de imediato o valor que entendia correto.
- C a inclusão, nos cálculos de cumprimento de sentença, do percentual de 10% do valor da condenação a título de honorários, na fase de conhecimento, está de acordo com o que estabelece o Código de Processo Civil (CPC).
- D a apelação deve ser considerada deserta.
- E a venda do único imóvel do executado caracterizaria fraude à execução e tornaria nula a alienação.

**QUESTÃO 29**

Com base nas regras de competência, assinale a opção correta.

- A Em caso de grave violação de direitos humanos, o procurador-geral da República pode suscitar, perante o STF, incidente de deslocamento de competência para a justiça federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, para assegurar obrigações decorrentes de tratados internacionais de que o Brasil seja parte.
- B A justiça comum é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.
- C A alteração superveniente de competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade de sentença de mérito anteriormente proferida em processo em andamento, subsistindo a competência recursal do tribunal respectivo.
- D A incompetência absoluta em razão da matéria, questão de ordem pública, declarável de ofício a todo tempo e em qualquer grau de jurisdição, gera nulidade absoluta, insuscetível de preclusão e insanável.
- E O princípio da *perpetuatio jurisdictionis* é aplicável em caso de supressão de órgão judiciário ou alteração da competência em razão da matéria ou hierarquia.

**QUESTÃO 30**

Considerando a forma, os prazos, a comunicação e a nulidade dos atos processuais, assinale a opção correta.

- A Pronunciada a nulidade do ato processual pelo juiz, todos os demais atos realizados a partir do declarado nulo serão repetidos ou retificados.
- B A parte que requerer a desistência da ação, mediante petição nos autos, não poderá retratar-se posteriormente, ainda que antes da sentença homologatória.
- C As partes podem decidir prorrogar, por convenção, o prazo para manifestação sobre laudo pericial, desde que haja motivo legítimo para a prorrogação e o pedido seja feito dentro do prazo originalmente concedido.
- D As intimações às partes, no DF e nas capitais dos estados e territórios, consideram-se feitas pela simples publicação dos atos no órgão oficial.
- E Nos casos de pluralidade de litisconsortes com procuradores distintos, o prazo para recurso conta em dobro, mesmo que apenas um haja sucumbido.

**QUESTÃO 31**

Acerca do valor das provas e de seus ônus, assinale a opção correta.

- A Do registro no boletim de ocorrência decorre presunção *juris tantum* de veracidade dos fatos nele consignados.
- B A descrição que o perito policial faz dos vestígios que encontra no local de acidente tem presunção de veracidade, servindo de elemento de convicção para o julgamento de processo.
- C Se o juiz determinar, a sociedade comercial é obrigada a exhibir seus livros em juízo, ainda que não seja parte no litígio.
- D Nas ações que se refiram a direitos sobre imóveis alheios, a validade da confissão de um cônjuge independe da do outro.
- E A escritura pública feita por oficial incompetente, ainda que assinada pelas partes no contrato, não tem eficácia probante, pois a competência é um dos requisitos de validade do ato administrativo.

**QUESTÃO 32**

Com relação aos princípios e às fontes do direito penal, assinale a opção correta.

- A** A fixação de crimes, incluindo-se a criação de figuras típicas e a estipulação de sanções, pode ser realizada por lei ou mediante a interpretação dos princípios gerais de direito.
- B** Na resolução de desavenças e lides surgidas na comunidade, o legislador deve basear-se, primeiramente, na lei penal.
- C** A fragmentariedade de 2.º grau refere-se à forma consumada do delito, ou seja, à necessidade de proteção integral do bem jurídico.
- D** Do princípio da legalidade, enunciado por meio da expressão latina *nullum crimen, nulla poena sine lege*, decorre a proibição da fundamentação ou do agravamento da punibilidade considerando-se o direito consuetudinário.
- E** A lei penal não retroagirá para abranger situações consolidadas sob a vigência de legislação anterior, ainda que não haja sentença condenatória a elas referente.

**QUESTÃO 33**

Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, acerca de crimes contra a fé pública, contra a incolumidade pública e contra a paz pública. Assinale a opção em que a assertiva está correta.

- A** O veículo de um funcionário de determinada empresa de digitação que havia deixado, em seu interior, material de trabalho sigiloso consistente em cópias de provas e gabaritos a serem utilizados em concurso público para o preenchimento de cargos de determinado município, foi furtado, tendo o agente subtraído, além de objetos de cunho patrimonial, as referidas cópias. Nessa situação, se o conteúdo do material sigiloso for divulgado, o funcionário por ele responsável responderá pela prática de crime de fraude em certame de interesse público, na modalidade culposa.
- B** João, penalmente imputável, utilizando a rede mundial de computadores, incitou determinado grupo de pessoas à prática de determinado crime. Dos vários destinatários que receberam a mensagem por ele enviada, um cometeu o delito, tendo os demais restado inertes. Nessa situação, João será considerado partícipe da infração estimulada.
- C** Marcos, penalmente imputável, falsificou cartão de crédito e débito fazendo nele constarem dados falsos, de modo a facilitar futuras fraudes. Nessa situação, a falsificação do cartão de crédito equipara-se, para fins penais, à falsificação de nota promissória e de cheque, títulos de crédito equiparados a documento público.
- D** Manoel, penalmente imputável, adquiriu e guardou em depósito material explosivo destinado à fabricação de uma bomba, que ele pretendia utilizar para explodir um edifício público. Antes de levar a cabo seu intento, o material foi apreendido pela autoridade policial competente. Nessa situação, a conduta de Manoel caracteriza meros atos preparatórios para o delito de explosão, não podendo Manoel ser punido.
- E** Armando, penalmente imputável, visando instruir processo seletivo para determinado cargo público, falsificou diploma de conclusão de curso superior de uma universidade federal, entretanto, na fase de apresentação de documentos, desistiu da seleção e não apresentou o diploma. Nessa situação, ainda que não tenha apresentado o documento, Armando responderá pela prática do crime de falsificação de documento público.

**QUESTÃO 34**

No que concerne aos institutos previstos na parte geral do Código Penal, assinale a opção correta.

- A** Para se configurar a denominada autoria mediata, basta que o menor de dezoito aos de idade haja, no cometimento do injusto penal, na companhia de um imputável, já que, nesse caso, o menor é sempre considerado instrumento para a execução do delito.
- B** Sendo o servidor público aposentado condenado, pela prática de crime doloso, a pena privativa de liberdade por período superior a oitos anos de reclusão, sua aposentadoria será cassada, consistindo a cassação efeito secundário específico da condenação, desde que explicitado na sentença.
- C** O condenado pela prática de crime culposo, em sentença transitada em julgado, posteriormente condenado, pela prática de crime doloso, a pena de multa, não terá direito à suspensão condicional do processo, caso seja processado, novamente, pela prática de crime doloso, ainda que preenchidos os demais requisitos para a concessão do benefício.
- D** Tratando-se de concurso de crimes, a legislação brasileira, para efeito de aplicação de pena, adota o critério normativo, segundo o qual o número de resultados típicos materializados não é determinante para a fixação do montante da pena, devendo haver consulta ao texto legal.
- E** Os crimes omissivos próprios são crimes de resultado, ao passo que os omissivos impróprios, também denominados comissivos por omissão, são crimes de mera atividade, a exemplo da omissão de socorro.

**QUESTÃO 35**

A respeito das causas de exclusão da culpabilidade e de ilicitude, assinale a opção correta.

- A** Em se tratando de legítima defesa, a agressão é injusta e a repulsa materializa-se em uma ação predominantemente defensiva, com aspectos agressivos, ao passo que, tratando-se de estado de necessidade, inexistente a agressão injusta, sendo a ação predominantemente agressiva, com aspectos defensivos.
- B** Tanto a coação física *vis absoluta* quanto a coação moral *vis compulsiva*, se irresistíveis, excluem a culpabilidade do agente, restando punível apenas o agente coator, figura indispensável na definição de qualquer ocorrência reputada coativa.
- C** As causas legais de exclusão da ilicitude, previstas na parte geral do Código Penal, são estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento de dever legal, exercício regular de direito e consentimento do ofendido.
- D** Tanto o estado de necessidade exculpante quanto o estado de necessidade justificante incidem diretamente sobre a ilicitude, excluindo-a.
- E** A emoção e a paixão excluem a imputabilidade penal, já que se considera, de regra, que aquele que comete um fato típico ilícito em estado emocional ou mentalmente alterado perde a capacidade de entendimento e de determinação.

**QUESTÃO 36**

Acerca dos crimes e dos institutos disciplinados em leis penais extravagantes, assinale a opção correta.

- A** São considerados crimes hediondos, entre outros, o homicídio simples e o qualificado, o latrocínio, a falsificação, a corrupção, a adulteração ou a alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais e a extorsão mediante sequestro.
- B** Configura o crime de lavagem de dinheiro a ocultação de bens, direitos e valores provenientes de qualquer infração penal, seja ela classificada como crime ou como contravenção penal.
- C** De acordo com o entendimento pacificado da jurisprudência e com a doutrina majoritária, o princípio da insignificância aplica-se às hipóteses de crimes ambientais, se a conduta caracteriza-se por potencial ofensivo que afeta pouco o bem jurídico tutelado.
- D** Constitui requisito essencial da delação premiada prevista na Lei Antidrogas a existência de inquérito policial com indiciamento e(ou) processo contra o autor da delação, a qual, caso a colaboração resulte na identificação de coautores e na recuperação total ou parcial do produto do crime, importa perdão judicial se o delator for condenado.
- E** Àqueles que cometam crimes de trânsito pode ser aplicada, de ofício, pelo juiz criminal, a penalidade de multa reparatória, consistente no pagamento, mediante depósito judicial, em favor da vítima ou de seus sucessores, com a finalidade de reparação civil do dano.

**QUESTÃO 37**

No que se refere aos institutos e às teorias que embasam a parte geral do Código Penal, assinale a opção correta.

- A** Tratando-se de crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, o arrependimento posterior, com a efetiva reparação do dano até o recebimento da denúncia, acarreta a extinção da punibilidade.
- B** No caso de, apesar de sua vontade não se dirigir à realização de determinado resultado previsto, o agente aceitar e assumir o risco de causá-lo, restará configurado o dolo eventual, espécie de dolo indireto ou indeterminado.
- C** O erro de tipo essencial e o acidental produzem as mesmas consequências penais.
- D** Tratando-se de concurso de pessoas, comunicam-se as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, ainda que não sejam elementares do crime.
- E** Conforme a teoria finalista da ação, só há crime se o fato for, concomitantemente, típico, antijurídico e culpável.

**QUESTÃO 38**

Acerca dos crimes contra o patrimônio e contra a pessoa, assinale a opção correta.

- A** O indivíduo penalmente imputável que, com a intenção de subtrair valores e mediante destreza, coloca as mãos nos bolsos do casaco de um transeunte praticará furto tentado qualificado se ele não encontrar nenhum objeto nos referidos bolsos.
- B** Para a consumação do crime de calúnia, basta que a vítima tome ciência de que o agente lhe atribuiu, falsamente, a prática de fato definido como crime, sendo prescindível a ciência de terceiro a respeito do fato.
- C** O aborto terapêutico, necessário para salvar a vida da gestante, configura causa de atipicidade da conduta por ausência do elemento subjetivo do tipo do injusto.
- D** O crime de estelionato na modalidade de fraude no pagamento por meio de cheque consuma-se no momento em que o agente obtém vantagem ilícita em prejuízo alheio, ou seja, no momento em que o sacado recusa o pagamento do título por insuficiência de fundos.
- E** Apenas o motivo de relevante valor social, como, por exemplo, patriotismo, lealdade, fidelidade ou valor moral, torna privilegiado o homicídio, o que resulta em diminuição da pena.

**QUESTÃO 39**

Considerando o entendimento dos tribunais superiores e o posicionamento doutrinário dominante em relação à ação civil, às nulidades processuais, ao *habeas corpus* e à citação do réu, assinale a opção correta.

- A** De acordo com a jurisprudência pacificada do STF, a declaração de nulidade de determinados atos independe da demonstração de prejuízo efetivo para a defesa ou a acusação, podendo a nulidade ser declarada por mera presunção.
- B** Não se admite o julgamento à revelia do acusado citado por edital, devendo o magistrado suspender o curso do processo, mas não do prazo prescricional, até que se obtenha êxito na citação pessoal do réu, seja com seu comparecimento em juízo, seja mediante a constituição de defensor.
- C** A parcela fixada na sentença condenatória estipulando valor mínimo para a reparação dos danos causados pelo réu quando do cometimento da infração constitui título executivo no juízo cível, podendo, em razão da sua liquidez, ser executada imediatamente.
- D** Entre outras hipóteses, o *habeas corpus* pode ser impetrado contra decisão condenatória a pena de multa e quando da tramitação de processos ou realização de inquéritos policiais relativos a infração penal para a qual a única pena cominada seja a pecuniária.
- E** No que se refere à existência do fato e à autoria, a decisão condenatória penal faz coisa julgada no juízo cível; no que concerne às causas de justificação da conduta, entretanto, somente produz efeitos preclusivos na instância cível a sentença na qual se reconheça a ocorrência das excludentes de legítima defesa e(ou) do estado de necessidade.



**QUESTÃO 40**

Acerca da prisão, da liberdade provisória e da custódia cautelar temporária, prevista em legislação extravagante, assinale a opção correta.

- A** Denomina-se flagrante esperado a possibilidade de a polícia retardar a interdição policial com a finalidade de obter mais dados e informações acerca da ação supostamente praticada por organizações criminosas, deixando de se concretizar a prisão no momento mais adequado do ponto de vista da formação de provas.
- B** Não será concedida a fiança aos acusados da prática de crimes de racismo, de tortura, de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, de terrorismo e daqueles definidos como crimes hediondos nem aos acusados de participarem de grupos armados, civis ou militares, que cometam infrações penais contra a ordem constitucional e o Estado democrático.
- C** Em se tratando da prática de infração penal de natureza grave, a prisão temporária pode ser decretada de ofício pelo juiz ou mediante representação da autoridade policial ou do MP, com vistas a assegurar uma eficaz investigação policial.
- D** Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar no caso de o agente ser maior de setenta anos de idade, de a presença do agente ser imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de seis anos de idade ou com deficiência, de a agente estar grávida, se a gestação for de alto risco, ou em caso de debilidade extrema.
- E** Incorre em erro a autoridade policial que coloca em liberdade, mediante o pagamento de fiança, o acusado preso em flagrante delito e autuado pela prática de infração penal para a qual é prevista pena privativa de liberdade máxima de três anos de reclusão.

**QUESTÃO 41**

Acerca da ação penal, dos sujeitos processuais, de seus assistentes e auxiliares, assinale a opção correta.

- A** Aplica-se aos indivíduos com idade entre dezoito e vinte e um anos, considerados relativamente incapazes no atual ordenamento jurídico brasileiro, a regra que prevê a participação de curador nos atos processuais a eles inerentes, em especial no interrogatório em juízo.
- B** Na hipótese de crime cometido por mais de um autor, se a ação penal for privada e condicionada à representação do ofendido, pode ele prestar queixa apenas contra um dos ofensores, ficando os demais dispensados de responder ao processo.
- C** Em se tratando de ações penais privadas e ações penais privadas subsidiárias das ações públicas, o prazo decadencial para o oferecimento da queixa-crime conta-se a partir do conhecimento da autoria, pelo ofendido ou seu representante legal.
- D** A pessoa jurídica, regularmente constituída, não detém legitimidade para figurar no polo ativo da ação em se tratando de crime de ação penal privada.
- E** Não há impedimento para que mais de um sucessor processual — o ofendido ou o seu representante legal, quando incapaz, ou na sua falta o cônjuge, ascendente, descendente ou irmão — se qualifique como assistente de acusação, desde que a atuação seja em conjunto.

**QUESTÃO 42**

A respeito da competência e de questões e processos incidentes, assinale a opção correta de acordo com a legislação processual penal, a jurisprudência e a doutrina majoritária.

- A** Tanto a hipoteca legal quanto o arresto recaem sobre bens obtidos lícitamente pelo autor do crime, diferentemente do que ocorre no caso do sequestro, medida assecuratória que atinge os bens móveis e imóveis do indiciado ou acusado adquiridos com o proveito da infração penal.
- B** Em se tratando de processo criminal, a exceção de suspeição não pode ser arguida contra membro do MP, porquanto a medida se aplica exclusivamente ao juiz suspeito, por ser ele considerado parcial. Julgada procedente a exceção, o juiz arcará com as custas do processo, nos casos de inescusável erro.
- C** Não sendo conhecido o local da infração praticada no território nacional, a competência será regulada pelo domicílio ou pela residência da vítima.
- D** A norma processual penal condiciona a instauração de incidente de insanidade mental do acusado a prévio requerimento do MP, do defensor, do curador, do ascendente, do descendente, do irmão ou do cônjuge.
- E** A competência para o processo de acusado de conduta classificada como contravenção penal contra bens da União é da justiça federal.

**QUESTÃO 43**

Em relação ao inquérito policial e aos princípios gerais informadores do processo penal, assinale a opção correta.

- A** Se o indiciado estiver em liberdade, o prazo para a conclusão do inquérito policial será de trinta dias, podendo ser prorrogado por determinação da autoridade judiciária competente.
- B** Dado o princípio da busca da verdade real, que rege o processo penal, o juiz do processo pode esclarecer pontos obscuros, desde que circunscritos às provas apresentadas pela acusação e pela defesa, à qual se atribui o ônus probatório, não sendo admitida, conforme a jurisprudência dos tribunais superiores, a atividade instrutória do juiz no processo penal.
- C** A recusa do acusado em se manifestar durante seu interrogatório poderá gerar presunção do reconhecimento do crime a ele imputado, em face do livre convencimento do juiz.
- D** O delegado de polícia somente perderá a disponibilidade da iniciativa para a instauração do inquérito policial em caso de crimes de ação penal privada.
- E** Não havendo indícios suficientes de autoria para se proceder ao ato de indiciamento nos autos de um inquérito policial, deverá a autoridade policial competente, determinar, de ofício, o sobrestamento do feito, comunicando o procedimento à autoridade judiciária competente.

**QUESTÃO 44**

Em relação aos processos especiais, aos prazos processuais e aos recursos em geral, assinale a opção correta.

- A** A revisão criminal, cujo pressuposto é a existência de sentença condenatória transitada em julgado, não é cabível contra decisão condenatória proferida pelo tribunal do júri, dada a soberania de seus veredictos.
- B** Em se tratando de processos de competência do tribunal do júri, na audiência de instrução e julgamento, devem-se ouvir, primeiramente, as testemunhas de acusação e, em seguida, as de defesa, sendo possível a inversão da ordem de inquirição mediante concordância das partes.
- C** A suspensão condicional do processo prevista na lei que disciplina o procedimento dos juizados especiais criminais pode ocorrer antes do oferecimento da denúncia.
- D** Tratando-se de recurso em sentido estrito, subirá nos próprios autos o recurso interposto contra a decisão que julgar procedente a exceção de suspeição.
- E** Diversamente do que ocorre em relação ao prazo penal, na contagem do prazo processual computa-se o dia do começo, excluindo-se o do vencimento.

**QUESTÃO 45**

Em relação ao protesto, assinale a opção correta com base na lei que dispõe sobre o cheque.

- A** O instrumento de protesto, depois de registrado, deve ser entregue ao portador legitimado, ainda que desapossado do cheque e que este esteja na posse de terceiro de boa fé.
- B** Dada a solidariedade cambial, o protesto contra o emitente implica, obrigatoriamente, o protesto contra seu avalista.
- C** O cheque deverá ser levado a protesto, inexistindo hipótese de dispensa, antes de expirado o prazo durante o qual se admite a apresentação do título, ou seja, antes de seis meses contados do fim do prazo de apresentação.
- D** O protesto de cheque é vedado caso o portador o apresente sem endosso que o identifique.
- E** O protesto é condição inarredável para a execução do cheque contra quaisquer dos membros da cadeia cambial.

**QUESTÃO 46**

No que se refere à regulamentação geral das empresas, inclusive das sociedades anônimas do Código Civil, assinale a opção correta.

- A** Na denominação da sociedade anônima, pode constar expressão de fantasia ou nome de acionista, fundador ou terceiro que tenha concorrido para o êxito da empresa, além do nome companhia ou da expressão sociedade anônima, empregados no início ou no final.
- B** O ordenamento jurídico brasileiro não admite sociedade unipessoal.
- C** A inscrição do empresário no registro público de empresas mercantis é condição necessária para a aquisição da qualidade de empresário.
- D** Embora haja, no Código Civil de 2002, seções dedicadas às sociedades em nome coletivo, em conta de participação e comandita simples, nele não é prevista a regulamentação das sociedades de capital e indústria, anteriormente reguladas no Código Comercial, não sendo possível, portanto, sua constituição.
- E** Dada a responsabilização solidária dos sócios de sociedades limitadas pela integralização do capital social, verificada a inadimplência de qualquer dos sócios, pode o que já integralizou suas cotas ser compelido ao pagamento da dívida do sócio remisso, independentemente de decretação de falência da sociedade.

**QUESTÃO 47**

Com base no que dispõe a Lei n.º 11.101/2005, que regulamenta a falência dos empresários individuais e coletivos, assinale a opção correta.

- A** A referida lei não confere tratamento diferenciado para os microempresários e empresas de pequeno porte no que diz respeito ao acesso à recuperação judicial.
- B** A alienação de bem objeto de garantia real bem como a supressão da garantia ou sua substituição durante a recuperação judicial depende de autorização judicial, dispensada a concordância do credor titular da respectiva garantia.
- C** Caso haja, no plano de recuperação judicial da empresa, previsão de alienação judicial de filiais ou de unidades produtivas isoladas, os objetos de alienação estarão livres de qualquer ônus, não havendo sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, inclusive nas de natureza tributária, ressalvadas as de natureza trabalhista.
- D** Decretada a falência, deverá o empresário oficial ao registro público de empresas e órgãos e repartições públicas e outras entidades para que informem a existência de bens e direitos do falido.
- E** Ao requerer recuperação judicial, o empresário deve juntar à petição certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio da empresa, dispensadas as comarcas onde haja filial.

**QUESTÃO 48**

Considerando a responsabilidade dos sócios das sociedades empresárias, assinale a opção correta.

- A** Os sócios são sempre ilimitadamente responsáveis pelas obrigações contraídas em seu próprio nome.
- B** Todas as sociedades, independentemente do seu tipo, sempre responderão de modo ilimitado pelas obrigações contraídas perante terceiros.
- C** Nas sociedades em comandita simples, os sócios comanditários respondem ilimitadamente pelas obrigações sociais.
- D** Os diretores das sociedades em comandita por ações, bem como seus acionistas, respondem, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações contraídas em nome da sociedade.
- E** Todos os sócios das sociedades em nome coletivo, salvo cláusula contratual em contrário, têm responsabilidade solidária e ilimitada pelas obrigações sociais.

**QUESTÃO 49**

Assinale a opção correta a respeito das condições de validade para a constituição do grupo societário.

- A** A sociedade controladora, independentemente de sua nacionalidade, deve ter filial no país.
- B** A partir da constituição do grupo societário, a representação das sociedades participantes do grupo passa a ser exercida pela sociedade de comando, vedada cláusula em contrário.
- C** A convenção de constituição do grupo societário pode conter cláusula em que seja vedado o exercício do direito de recesso.
- D** Não é necessária a alteração contratual das sociedades participantes para o fim de obtenção do arquivamento de constituição do grupo societário.
- E** O arquivamento da convenção de constituição do grupo societário deve ser feito nas juntas do local de sede da sociedade controladora e de todas as suas filiais.

**QUESTÃO 50**

Decretada a intervenção ou a liquidação extrajudicial, o interventor ou o liquidante comunicará ao registro público competente a indisponibilidade de bens, competindo a este, relativamente a esses bens,

- A** autorizar o registro de transferência de propriedade de veículos automotores.
- B** indeferir o registro de qualquer forma de reorganização societária, inclusive mediante incorporação, fusão ou cisão.
- C** negar o arquivamento de atos ou contratos que importem em transferência de cotas sociais, ações ou partes beneficiárias.
- D** fazer transcrições, inscrições ou averbações de documentos públicos ou particulares de todos os submetidos à restrição imposta pelo Banco Central do Brasil.
- E** processar o registro de transferência de bens de propriedade de pessoa física.

**QUESTÃO 51**

É suscetível de registro no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

- A** desenho industrial considerado original e que dele resulte configuração visual distintiva em relação a outros objetos anteriores.
- B** substância físico-química ou parte de seres vivos.
- C** indicação geográfica constituída por nome geográfico de uso comum designando produto ou serviço.
- D** invenção ou modelo de utilidade de descobertas, teorias científicas e métodos matemáticos.
- E** marca que empregue sinal ou expressão apenas como meio de propaganda.

**QUESTÃO 52**

No que se refere a improbidade administrativa, assinale a opção correta.

- A** Será punido com pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções, o agente público que se recusar a prestar declaração de seus bens dentro do prazo determinado.
- B** Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente, ainda que anonimamente, pedido de instauração de investigação de ato de improbidade.
- C** Para a caracterização de ato de improbidade administrativa, é imprescindível o dolo, ainda que genérico.
- D** A gravidade dos ilícitos imputados ao agente público e a existência de robustos indícios contra ele justificam o seu afastamento do exercício do cargo, por via administrativa, desde que determinado pela autoridade administrativa competente.
- E** Não poderá haver a imposição de pena ao agente público pela prática de ato de improbidade que cause dano ao erário se o tribunal de contas tiver aprovado suas contas.

**QUESTÃO 53**

Acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- A** Conforme a teoria do risco administrativo, dispensa-se a prova da culpa da administração, podendo o poder público, por sua vez, demonstrar a culpa da vítima para excluir ou atenuar a indenização.
- B** A administração pública deve, obrigatoriamente, denunciar à lide seu preposto, ainda que apenas para suspender a contagem do prazo de prescrição da ação regressiva.
- C** Segundo a teoria do risco integral, consagrada na CF, a verificação da responsabilidade subjetiva do agente público é irrelevante para o eventual ressarcimento do particular.
- D** Sendo a obra pública considerada fato administrativo, o dano por ela causado não gera para a administração pública a responsabilidade civil objetiva estabelecida para o caso de dano advindo da prestação de serviços públicos.
- E** De acordo com o entendimento dos tribunais superiores, a administração é obrigada a denunciar à lide o agente público causador do suposto dano.

**QUESTÃO 54**

A respeito do processo administrativo, assinale a opção correta.

- A** A exigência de arrolamento prévio de bens é condição de admissibilidade de recursos administrativos na esfera fiscal.
- B** Tendo condenado o servidor à pena de demissão em processo administrativo, a administração deve aguardar, para aplicar a pena, decisão de ação penal que discuta as faltas disciplinares apuradas administrativamente, de modo a evitar custos de eventual reintegração do servidor.
- C** O processo administrativo cuja decisão vincula os órgãos competentes é composto das seguintes fases, nessa ordem: instauração, relatório, defesa e julgamento.
- D** O princípio da oficialidade aplica-se, no processo administrativo, à fase de instauração, razão por que sua aplicação é mais ampla no processo administrativo que no processo judicial.
- E** Em se tratando de processo administrativo disciplinar, deve o servidor processado constituir advogado, devendo, caso não o faça, ser-lhe nomeado um defensor dativo, sob pena de anulação do processo.

**QUESTÃO 55**

Em relação à delegação de serviços públicos, assinale a opção correta.

- A** Denomina-se encampação a extinção antecipada da concessão, por ato unilateral do poder concedente, de natureza sancionatória.
- B** A anulação pode ocorrer independentemente da conduta do concessionário, já que se relaciona a evento ocorrido antes da formalização do contrato.
- C** É inadmissível a utilização da arbitragem para a composição de litígios no âmbito de contratos de concessão, diante da indisponibilidade do interesse público.
- D** A lei faculta ao poder concedente determinar que o licitante vencedor, no caso de consórcio, se constitua em empresa antes da celebração do contrato, independentemente de previsão no edital de licitação.
- E** A intervenção consiste na assunção, pelo poder concedente, dos serviços públicos delegados, para garantir a regularidade dos serviços, até a extinção da concessão.

**QUESTÃO 56**

A respeito do poder de polícia administrativa, assinale a opção correta.

- A** A legislação considera a capacidade financeira do sujeito passivo tributário fator de mensuração do valor das taxas a serem cobradas pelo exercício do poder de polícia.
- B** As taxas decorrentes do exercício do poder de polícia são fixadas de maneira a servir de incentivo ou desincentivo ao desempenho de determinada atividade, conforme seja ela desejável ou indesejável à coletividade.
- C** No âmbito estadual, pode haver fixação de preços públicos para a remuneração de custos e despesas relacionados ao exercício do poder de polícia.
- D** Do poder de polícia administrativa decorre sempre a imposição de deveres de abstenção aos indivíduos, em benefício da coletividade.
- E** A imposição coercitiva de deveres não pode ser exercida por terceiros que não sejam agentes públicos.

**QUESTÃO 57**

No que se refere à organização da administração pública, assinale a opção correta.

- A** A administração indireta compreende as autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e consórcios públicos-privados, mas não os consórcios públicos-públicos.
- B** As pessoas jurídicas de direito público são investidas de competências políticas.
- C** Em nível constitucional, toda a competência administrativa é concentrada e centralizada.
- D** Lei estadual ou municipal que autorize a instituição de uma empresa estatal pode, também, criar regras específicas sobre sua forma societária.
- E** A desconcentração pode se efetuar mediante a constituição de autarquias e empresas públicas.

**QUESTÃO 58**

Acerca de licitações, assinale a opção correta.

- A** É exaustivo o rol de hipóteses de inexigibilidade de licitação constante na legislação pertinente.
- B** O licitante pode desistir da proposta, ainda que imotivadamente, até a fase de habilitação, exceto se se tratar da modalidade pregão.
- C** A venda de imóveis que ingressem no patrimônio da administração pública mediante dação em pagamento é permitida apenas sob a modalidade de leilão, dependendo de prévia autorização legislativa.
- D** Adjudicado o objeto da licitação, se o vencedor recusar-se a firmar o contrato, os demais convocados poderão ser convocados para assinar o contrato, na forma das propostas que tiverem produzido.
- E** A administração pode rejeitar pedido de habilitação de terceiro não convidado, mas cadastrado, se seu desempenho em contrato anterior tiver sido considerado insatisfatório.

**QUESTÃO 59**

Dados publicados pelo IBGE em 2013 mostram que a expectativa de vida dos brasileiros passou de 62,5 anos, em 1980, para 73,8, em 2010. Assinale a opção que corresponde ao fator ao qual se relaciona esse aumento.

- A** Prática generalizada do desporto nas escolas da rede pública de ensino.
- B** Efetiva universalização do saneamento básico nas regiões brasileiras.
- C** Universalização do acesso a todas as etapas da educação básica.
- D** Melhoria da captação de esgoto, da coleta de lixo e da oferta de água potável.
- E** Redução dos índices de obesidade nos diversos grupos sociais.

**QUESTÃO 60**

Sete anos após sua promulgação, a lei voltada para a proteção das mulheres, especialmente no que se refere à violência doméstica, apresenta falhas em sua execução, como aponta o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Violência contra a Mulher, entregue à presidenta da República em agosto de 2013. Esse instrumento legal ficou conhecido como

- A** Lei de Emancipação Feminina.
- B** Lei de Defesa da Família.
- C** PEC do Trabalho Escravo.
- D** Lei Maria da Penha.
- E** PEC das Domésticas.

**QUESTÃO 61**

Suscitando posições a favor e contra a iniciativa, os primeiros médicos cubanos chegaram ao Brasil, em agosto de 2013, para participar do Programa Mais Médicos do governo federal. Entre as críticas à contratação desses profissionais, uma refere-se à forma pela qual eles serão remunerados. Considerando essa informação, assinale a opção correta.

- A** Os médicos participantes desse programa receberão salário inferior ao dos outros profissionais da saúde.
- B** De acordo com a Carta da ONU, médicos fora do seu país de origem só podem realizar trabalho não remunerado.
- C** Os médicos cubanos receberão salários maiores que os pagos a profissionais de outras nacionalidades.
- D** Os salários dos médicos cubanos serão repassados ao governo cubano e não diretamente aos profissionais.
- E** A intermediação da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) no processo foi vetada pelo governo de Cuba.

**QUESTÃO 62**

Origina-se do cartório de registros

- A** escritura pública de compra e venda de bem imóvel.
- B** certidão de protesto.
- C** registro de protesto.
- D** certidão de matrícula de imóvel.
- E** ata notarial.

**QUESTÃO 63**

A Lei n.º 8.935/1994, que dispõe sobre os serviços notariais e de registro, atribui certas competências exclusivas ao tabelião de notas, entre as quais inclui-se a de

- A** autenticar cópias.
- B** formalizar juridicamente a vontade das partes.
- C** intervir nos atos e negócios jurídicos a que as partes queiram dar forma legal ou autenticidade.
- D** intervir nos atos e negócios jurídicos a que as partes devam dar forma legal ou autenticidade.
- E** autenticar fatos.

**QUESTÃO 64**

O registro realizado em um domingo, às 22 horas

- A** só será aceito se for de óbito; nos demais casos, o oficial que o promoveu deverá ser responsabilizado apenas penalmente.
- B** será nulo, independentemente de sua natureza, devendo o oficial que o promoveu ser responsabilizado civilmente, mas não penalmente.
- C** será nulo, independentemente de sua natureza, devendo o oficial que o promoveu ser responsabilizado civil e penalmente.
- D** só será aceito se for de óbito; nos demais casos, o oficial que o promoveu deverá ser responsabilizado civilmente, mas não penalmente.
- E** só será aceito se for registro civil; nos demais casos, o oficial que o promoveu deverá ser responsabilizado civilmente, mas não há responsabilização penal.

**QUESTÃO 65**

De acordo com a Lei n.º 10.169/2000, para a fixação de emolumentos a serem cobrados pela prática de atos específicos de cada serviço, relativos a situações jurídicas sem conteúdo financeiro, deverá ser levada em consideração a

- A** situação socioeconômica da região.
- B** despesa que o cartório terá ao praticar o ato.
- C** quantidade de atos praticados para o serviço anualmente no estado.
- D** quantidade de atos praticados para o serviço anualmente em cada município.
- E** situação demográfica da região.

**QUESTÃO 66**

Suponha que um tabelião deva fazer duas escrituras públicas: uma, cujo outorgante seja um inimigo dele; outra, cujo outorgante seja sobrinho dele. Nessa situação hipotética, consoante o Provimento Geral da Corregedoria do TJES, o tabelião, pessoalmente, está

- A** autorizado a lavrar ambas as escrituras, sem restrições.
- B** autorizado a lavrar as duas escrituras, desde que nelas conste a interveniência do substituto.
- C** proibido de lavrar as duas escrituras.
- D** proibido de lavrar, apenas, a escritura cujo outorgante seja o inimigo dele.
- E** autorizado a lavrar, apenas, a escritura cujo outorgante seja o inimigo dele, devendo a do sobrinho, se lavrada na mesma serventia, ser feita pelo substituto.

**QUESTÃO 67**

De acordo com o Provimento Geral da Corregedoria, caso um magistrado determine a realização de diligência junto aos livros de determinado cartório,

- A** se o magistrado for o corregedor geral de justiça, a diligência poderá ser feita com o encaminhamento dos livros até ele; nos demais casos, a diligência terá de ser feita obrigatoriamente em cartório.
- B** se o magistrado for o corregedor geral de justiça ou algum juiz corregedor, a diligência poderá ser feita com o encaminhamento dos livros até ele; nos demais casos, a diligência terá de ser feita obrigatoriamente em cartório.
- C** se o magistrado for da área cível, os livros somente poderão sair do cartório com a autorização expressa do corregedor geral de justiça.
- D** se o magistrado for da área penal, a diligência poderá ser feita no juízo criminal, desde que os livros retornem no mesmo dia ao cartório, independentemente de autorização do corregedor geral de justiça.
- E** a diligência deverá ser feita obrigatoriamente em cartório, independentemente da função exercida pelo magistrado ou de sua jurisdição.

**QUESTÃO 68**

Assinale a opção correta no que se refere à união estável e o registro civil das pessoas naturais.

- A** A declaração de união estável por sentença judicial deve ser averbada na certidão de nascimento dos interessados, como forma de tornar pública a relação.
- B** A união estável deve ser registrada no registro civil das pessoas naturais, devendo os interessados, independentemente da sua condição financeira, recolher os emolumentos previstos em lei.
- C** A união estável deve ser registrada no registro civil das pessoas naturais, não havendo cobrança de emolumentos aos que comprovadamente não puderem arcar com o custo do serviço.
- D** A união estável somente será registrada no registro civil das pessoas naturais caso seja declarada por sentença judicial.
- E** A união estável não consta do rol de atos que devem ser registrados no registro civil das pessoas naturais, devendo nele ser registrada, entretanto, a conversão da união estável em casamento.

**QUESTÃO 69**

Suponha que um casal residente na comarca de Colatina – ES, após cem dias do nascimento do seu filho, dirija-se à comarca de Vitória – ES, local do parto, para realizar o registro civil de nascimento da criança. Nessa situação hipotética,

- A** esgotado o prazo para o registro do nascimento, o requerimento do registro deverá ser assinado por duas testemunhas, bem como instruído com a prova inequívoca da veracidade da alegação.
- B** tanto o cartório de Vitória – ES, lugar de ocorrência do parto, quanto o de Colatina – ES são competentes para o registro do nascimento.
- C** sendo a comarca de Vitória – ES territorialmente incompetente para o registro de nascimento da criança, o ato, se efetivado, deverá ser declarado nulo de pleno direito, dada a aplicação analógica do regramento previsto para o registro de imóveis.
- D** embora o cartório de Vitória – ES seja incompetente para o registro de nascimento da criança, o oficial de registro civil não poderá recusar a lavratura do ato, dada a sua função de prestador de serviço público.
- E** embora a comarca de Vitória – ES seja territorialmente incompetente para o registro de nascimento, o ato de registro deve ser considerado válido, gerando apenas consequências no âmbito disciplinar ao oficial de registro.

**QUESTÃO 70**

Em relação aos procedimentos de registro civil do casamento, assinale a opção correta.

- A** Se um dos nubentes residir no exterior, será necessária a publicação e registro do edital no registro civil da localidade onde reside cada um dos nubentes.
- B** A alteração do nome em virtude do casamento deve ser realizada até o registro do matrimônio, não podendo, posteriormente, sofrer alterações.
- C** A apresentação da certidão de nascimento para a formalização do casamento é utilizada para a comprovação da idade e da filiação dos nubentes, bem como para possibilitar a comunicação do casamento ao registro civil das pessoas naturais em que tenha sido registrado o nascimento, para anotação.
- D** O registro civil do casamento religioso com efeitos civis prescinde da habilitação dos nubentes.
- E** O oficial do registro civil das pessoas naturais poderá, nos casos previstos em lei e em caso de comprovada necessidade da urgência do casamento, dispensar os proclamas.

**QUESTÃO 71**

Antônio sofreu acidente automobilístico na cidade de Vila Velha – ES e o corpo de bombeiros local, verificando a gravidade da situação, transportou Antônio à cidade de Guarapari – ES, local de seu domicílio. Apesar de todas as providências adotadas, verificou-se que Antônio falecera no local do acidente, tendo sido emitido atestado médico com a respectiva informação.

Nessa situação hipotética, o registro de óbito deverá ser lavrado pelo oficial de registro da comarca de

- A** Guarapari – ES, local onde foi constatada a morte de Antônio, ou pelo oficial de registro da comarca de Vila Velha – ES, local onde ocorreu, de fato, a morte.
- B** a comarca de Vila Velha – ES, lugar do óbito informado no atestado médico.
- C** Guarapari – ES, local onde foi constatada a morte de Antônio.
- D** Guarapari – ES, domicílio da família do falecido.
- E** Guarapari – ES, comarca do hospital onde Antônio foi recebido, visto que a morte decorreu de acidente.

**QUESTÃO 72**

Assinale a opção correta acerca das averbações, das anotações e das retificações.

- A** Ocorrendo o falecimento de um dos cônjuges e sendo a anotação do óbito feita no registro de nascimento do sobrevivente, o segundo casamento deste somente poderá ser averbado no registro de nascimento.
- B** A inclusão do nome do avô paterno no registro de nascimento do neto, após a averbação do registro de paternidade nos registros do pai, requer reconhecimento judicial.
- C** A averbação do divórcio, quando autorizada pelo juiz-corregedor, poderá ser realizada mediante ofício do juízo no qual se prolate a sentença.
- D** O mandado judicial de separação ou de divórcio deve ser averbado no registro civil das pessoas naturais para comprovação, perante terceiros, da alteração do estado civil.
- E** A retificação e a correção dos erros no registro civil somente podem ser realizadas mediante decisão judicial, sujeita a recurso de apelação.

**QUESTÃO 73**

Com relação ao registro dos atos de emancipação, interdição, ausência e morte presumida, assinale a opção correta.

- A** É obrigatória a anotação dos atos de emancipação, interdição e ausência nos assentos de nascimento, sendo facultativa a anotação nos assentos de casamento.
- B** A emancipação, ainda que concedida judicialmente, somente surtirá efeitos após ser registrada no registro civil das pessoas naturais da comarca do domicílio do menor.
- C** Embora não seja possível o registro da sentença declaratória de morte presumida, o oficial de registro civil das pessoas naturais, de forma a conferir publicidade perante terceiros, deverá proceder a anotação do ato nos registros de nascimento, casamento, bem como daquele que inscreveu a sentença de ausência.
- D** O registro de emancipação por sentença judicial será sempre gratuito.
- E** A sentença de interdição somente surtirá efeitos após a inscrição no registro civil das pessoas naturais.

**QUESTÃO 74**

No que se refere à adoção, assinale a opção correta.

- A** O registro original da criança adotada não será cancelado, devendo-se, contudo, anotar a existência do novo registro, que poderá ser lavrado no cartório do registro civil da residência do adotante.
- B** A adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando, sendo este dispensado em relação à criança ou ao adolescente cujos pais tenham sido destituídos do poder familiar.
- C** Para a salvaguarda de direitos, poderá ser fornecida, a critério do órgão do MP ou da autoridade judiciária, certidão dos registros que forem efetuados em decorrência de sentença concessiva de adoção.
- D** A adoção produz seus efeitos a partir do registro da sentença no cartório de registro civil das pessoas naturais, salvo quando nuncupativa.
- E** Admite-se adoção realizada por procuração, desde que lavrada por instrumento público.

**QUESTÃO 75**

Conforme o provimento geral da corregedoria de justiça do TJES, a dispensa de testemunhas é admissível quando da lavratura de

- A** escrituras, se alguma das partes for analfabeta.
- B** escrituras, se houver discordância de uma das partes.
- C** testamentos, em geral.
- D** escrituras, ainda que a lei exija a presença das testemunhas, se constar expressamente no documento que as partes renunciam ao direito de testemunha.
- E** procurações, em geral.

**QUESTÃO 76**

Suponha que, para conquistar clientes, determinado tabelião se ofereça para obter, junto aos órgãos públicos e cartórios de registro de imóveis, as certidões necessárias à lavratura de escrituras requeridas por esses clientes. Nessa situação, conforme o Código de Normas da Corregedoria do TJES, o tabelião

- A** poderá realizar apenas as diligências em órgãos públicos, mas não em registros públicos.
- B** agirá erroneamente, contrariando o referido código, se realmente obtiver tais certidões.
- C** poderá realizar tais diligências, desde que não cobre antecipadamente dos clientes os valores a serem desembolsados com as certidões.
- D** poderá realizar tais diligências mediante cobrança dos valores desembolsados com as certidões.
- E** poderá realizar apenas as diligências em registros públicos, mas não em órgãos públicos.

**QUESTÃO 77**

O Código de Normas da Corregedoria do TJES prevê a existência de diversos livros próprios para o registro de atos notariais, sendo omissos, entretanto, em relação à existência de um livro específico para o registro de

- A** índice.
- B** arquivamento de procurações oriundas de outras serventias.
- C** procurações.
- D** assinatura de reconhecimento de firma autêntica ou verdadeira.
- E** testamentos.

**QUESTÃO 78**

Ainda que, em regra, para se lavrar a escritura de compra e venda de imóvel situado em um condomínio, seja necessário que não haja, sob o bem, dívidas de natureza tributária ou condominial atrasadas, a escritura poderá ser lavrada caso

- A** o vendedor assumia expressamente na escritura a obrigação de pagar as taxas condominiais atrasadas.
- B** o vendedor assumia expressamente na escritura a obrigação de pagar as taxas condominiais e o IPTU atrasados.
- C** o comprador assumia expressamente na escritura a obrigação de pagar as taxas condominiais e o IPTU atrasados.
- D** o comprador assumia expressamente na escritura a obrigação de pagar o IPTU atrasado, não sendo necessária a assunção expressa em relação ao pagamento das taxas condominiais.
- E** o vendedor assumia expressamente na escritura a obrigação de pagar o imposto predial e territorial urbano (IPTU) atrasado.

**QUESTÃO 79**

Constituir-se-á apenas por sentença judicial

- A** a sobrepartilha.
- B** o restabelecimento de sociedade conjugal.
- C** a adoção de menor.
- D** a separação de sociedade conjugal.
- E** o inventário negativo.

**QUESTÃO 80**

Acerca do reconhecimento de firma, assinale a opção correta.

- A** O reconhecimento de firma implica apenas declarar a autoria da assinatura lançada, não conferindo legalidade ao documento.
- B** O reconhecimento por semelhança decorre do confronto entre a assinatura que consta no documento apresentado pelo interessado e a ficha-padrão depositada na serventia, sendo vedado o reconhecimento advindo do confronto com qualquer outro documento arquivado no respectivo cartório.
- C** O livro de registro de assinaturas para reconhecimento de firma autêntica deverá conter o nome dos pais do depositante da assinatura.
- D** Em caso de documento firmado por réu preso, é vedado o reconhecimento de firma por abono.
- E** O reconhecimento por autenticidade é realizado com a declaração expressa de que a firma foi aposta na presença do notário, identificando-se o signatário por meio de livro ou cartão de autógrafo.

**QUESTÃO 81**

No que se refere ao imposto sobre a transmissão onerosa de bens imóveis (ITBI), assinale a opção correta.

- A** O ITBI não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de empresa industrial como realização do capital.
- B** Não constitui fato gerador do ITBI a transmissão de imóveis por acessão física.
- C** Todos os direitos reais sobre bens imóveis constituem fato gerador do ITBI.
- D** O ITBI não incide sobre a cessão do direito de aquisição de um bem imóvel.
- E** A receita advinda do ITBI cabe ao estado onde o bem esteja situado.

**QUESTÃO 82**

De acordo com a Lei n.º 9.492/1997, que trata dos serviços concernentes ao protesto de títulos, a apresentação de cheque para protesto

- A** deverá ser feita perante o cartório de domicílio do banco respectivo.
- B** deverá ser feita perante o cartório de domicílio do emitente.
- C** poderá ser feita perante o cartório de domicílio do apresentante.
- D** poderá ser feita perante o cartório de domicílio do emitente.
- E** deverá ser feita perante o cartório de domicílio do apresentante.

**QUESTÃO 83**

De acordo com a Lei n.º 9.492/1997, protocolado o título, deve o tabelião examinar

- A** as características formais e materiais do título e obstar o registro do protesto, qualquer que seja a irregularidade material observada.
- B** apenas as características formais do título e comunicar o fato ao juiz competente para decisão.
- C** as características formais e materiais do título e obstar o registro do protesto, qualquer que seja a irregularidade formal observada.
- D** apenas as características formais do título e obstar o registro do protesto, qualquer que seja a irregularidade formal observada.
- E** apenas as características materiais do título e obstar o registro do protesto, qualquer que seja a irregularidade material observada.

**QUESTÃO 84**

Caso determinado credor apresente para protesto documento de dívida emitido no Brasil, em reais, com cláusula de correção monetária, o devedor somente estará obrigado a pagar o valor

- A** corrigido até a data de apresentação do título para protesto.
- B** corrigido até a data de registro do protesto do título, no caso de não ter ocorrido o pagamento no prazo.
- C** corrigido até a data da intimação para pagamento do título.
- D** corrigido até a data em que efetuar o pagamento do título.
- E** nominal original do título.

**QUESTÃO 85**

De acordo com a Lei n.º 9.492/1997, ao emitir certidões, o tabelião deverá arrolar os protestos regularmente vigentes e

- A** fazer constar aqueles cujos cancelamentos tiverem sido averbados, mas que tiverem sido objeto de requerimento escrito do próprio credor.
- B** omitir aqueles cujos cancelamentos tiverem sido averbados, independentemente das razões de cancelamento, ainda que tenham sido objeto de requerimento de divulgação escrito do próprio devedor.
- C** omitir alguns daqueles cujos cancelamentos tiverem sido averbados, dependendo das razões de cancelamento.
- D** omitir aqueles cujos cancelamentos tiverem sido averbados, a menos que haja requerimento expresso do solicitante da certidão.
- E** fazer constar aqueles cujos cancelamentos tiverem sido averbados, desde que tenham sido objeto de requerimento escrito do próprio devedor ou de ordem judicial.



**QUESTÃO 86**

De acordo com a Lei n.º 9.492/1997, enseja o protesto de um título, além da falta de pagamento, a falta de

- A** avalista ou de aceite.
- B** avalista ou de devolução.
- C** aceite ou de devolução.
- D** de aceite ou de fiador.
- E** fiador ou de avalista.

**QUESTÃO 87**

O devedor, consoante a Lei n.º 9.492/1997, é denominado

- A** emitente, no caso de notas promissórias e de cheques, e sacado, no caso das letras de câmbio e das duplicatas.
- B** emitente, no caso de cheques e de letras de câmbio, e sacado, no caso das notas promissórias e das duplicatas.
- C** emitente ou sacado, indistintamente, no caso de notas promissórias, de cheques, das letras de câmbio e das duplicatas.
- D** emitente, no caso de notas promissórias e das letras de câmbio, e sacado, no caso dos cheques e das duplicatas.
- E** emitente, no caso das letras de câmbio e das duplicatas, e sacado, no caso de notas promissórias e de cheques.

**QUESTÃO 88**

Se um credor encontrar erro material em instrumento de protesto e comunicar o fato ao tabelião que o expediu, deve o notário promover a retificação, sendo indispensável a apresentação

- A** do instrumento expedido, independentemente da apresentação dos documentos que comprovem o erro, admitida a cobrança de emolumentos.
- B** do instrumento expedido e dos documentos que comprovem o erro, vedada a cobrança de emolumentos.
- C** dos documentos que comprovem o erro, independentemente da apresentação do instrumento expedido, vedada a cobrança de emolumentos.
- D** do instrumento expedido, independentemente da apresentação dos documentos que comprovem o erro, vedada a cobrança de emolumentos.
- E** dos documentos que comprovem o erro, independentemente da apresentação do instrumento expedido, admitida a cobrança de emolumentos.

**QUESTÃO 89**

A respeito da averbação, do registro, da prenotação e da matrícula no registro de imóveis, assinale a opção correta.

- A** A lei confere ao registrador a faculdade de selecionar os documentos apresentados para registro, com a finalidade de impedir a prenotação de documento que não conste no rol dos registráveis.
- B** A legitimidade para requerer averbação no registro de determinado imóvel restringe-se aos titulares do direito real, na qualidade de alienantes ou adquirentes, como anuentes ou intervenientes no negócio jurídico objeto de assento.
- C** O registro imobiliário obrigatório, que abrange apenas o direito real, dando-lhe publicidade, é uma forma de aquisição do domínio, de oneração de bens imóveis e de garantia da disponibilidade do direito real.
- D** Considerando-se os princípios informadores do registro imobiliário, é possível a abertura de matrícula de parte ideal de imóvel em condomínio, sendo esse um dos poucos casos em que se admite o desmembramento da matrícula.
- E** Para proceder ao registro de escritura particular de venda de imóvel, o oficial do registro deverá exigir a apresentação do contrato ou da ata que nomeou a diretoria, em caso de alienação realizada por empresa.

**QUESTÃO 90**

Acerca do procedimento da dúvida, assinale a opção correta.

- A** Não impugnada a dúvida, será o procedimento arquivado.
- B** O início do processo judicial depende de haver exigências descabidas ao representante.
- C** A dúvida consiste em um pedido de natureza judicial.
- D** O juiz deve determinar a notificação do interessado, para impugnar a dúvida.
- E** A dúvida não poderá ser suscitada de ofício pelo serventuário.

**QUESTÃO 91**

A respeito de loteamento, assinale a opção correta.

- A** Sendo do município o dever de promover a realização de obras de infraestrutura em loteamento, ele não pode alegar o critério de oportunidade e conveniência para realizá-las.
- B** Aprovado o loteamento pela administração pública, automaticamente os bens destinados ao uso comum ou ao uso especial da municipalidade serão transferidos para o domínio público, independentemente de registro.
- C** É solidária a responsabilidade dos adquirentes de lote pelo dano ambiental causado por loteamento impugnado em ação civil pública, se tiverem dado início à realização de obras no seu imóvel.
- D** Em se tratando de desapropriação, a fixação do valor da indenização tomando-se por base a existência de um loteamento não consolidado protege a boa-fé, razão por que não ofende a legislação de regência.
- E** Em loteamento urbano em área aberta, com acesso irrestrito à população e servida de vias públicas, a responsabilidade pela execução de serviços públicos é dos condôminos.

**QUESTÃO 92**

No que concerne a incorporação imobiliária, assinale a opção correta.

- A** As taxas de manutenção criadas por associação de moradores podem ser impostas a proprietário de imóvel que não tenha se associado nem aderido ao ato de instituição do encargo.
- B** Não se considera abusiva a cláusula de cobrança de juros compensatórios incidentes em período anterior à entrega das chaves nos contratos de compromisso de compra e venda de imóveis em construção sob o regime de incorporação imobiliária.
- C** Se possuir certificado de quitação, o incorporador poderá negociar sobre unidades autônomas, mesmo antes de ter arquivado a incorporação no ofício imobiliário competente.
- D** Ofende ao disposto no Código de Defesa do Consumidor a estipulação de rescisão automática do contrato em caso de inadimplência, pelo adquirente ou contratante, de três prestações do preço da construção.
- E** Dispensa-se plano aprovado para a caracterização de condomínio horizontal de casas, por haver presunção absoluta da intenção de edificação com finalidade habitacional.

**QUESTÃO 93**

No que se refere ao tombamento, assinale a opção correta.

- A** O ato de tombamento, seja ele provisório ou definitivo, contrapõe-se aos interesses da propriedade privada, limitando o exercício dos direitos inerentes ao bem em nome da função social, o que impede a construção de obra vizinha.
- B** Do tombamento, ato de reconhecimento do valor cultural de um bem, pautado na função social, não poderá decorrer prejuízo ao proprietário.
- C** Ainda que o proprietário não possua meios de efetivar a conservação do imóvel tombado e o poder público não execute as obras necessárias à sua conservação, não haverá lugar para pedido de cancelamento do ato de tombamento, dada sua natureza.
- D** Se destruir o bem tombado com a finalidade de lhe preservar o valor cultural, o proprietário deverá restituir a coisa ao *status quo ante*, vedada a conversão da obrigação em perdas e danos.
- E** Não sendo o instituto do tombamento provisório fase procedimental precedente do tombamento definitivo, sua caducidade, por excesso de prazo, não prejudica o definitivo.

**QUESTÃO 94**

A respeito do bem de família, assinale a opção correta.

- A** A impenhorabilidade do bem de família é afastada tanto para a execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pela entidade familiar como se o imóvel tiver sido hipotecado como garantia de dívida contraída por terceiro.
- B** Se determinada pessoa for devedora de pensão alimentícia decorrente de indenização por ato ilícito, no caso de não cumprimento da obrigação e inexistência de outros bens, será lícita a penhora do seu bem de família em processo de execução.
- C** O caráter de bem de família de imóvel não obsta, por si só, a determinação de sua indisponibilidade nos autos de ação civil pública.
- D** Por estar a natureza da legislação relativa ao bem de família atrelada à função social da propriedade, essa legislação é suscetível de interpretação extensiva.
- E** Se metade de determinado imóvel, considerado bem de família, tiver sido adquirida mediante fraude à execução e nele residir a devedora, a impenhorabilidade referente à parte do imóvel não eivada de vício não se estenderá à totalidade do bem.

**QUESTÃO 95**

A desconformidade entre a descrição da coisa contida na escritura apresentada e a descrição constante do registro anterior impede o registro no ofício de imóveis porquanto infringe o princípio da

- A** legalidade.
- B** prioridade.
- C** unificação.
- D** especialidade.
- E** anterioridade.

**QUESTÃO 96**

Com relação à escrituração no registro civil de pessoas jurídicas, assinale a opção correta.

- A** O registro dos atos constitutivos de associação cujo objeto indique atividades que comprometam a moral e os bons costumes somente pode ser realizado se autorizado pela autoridade judiciária.
- B** As sociedades anônimas devem ser registradas, em livro próprio, no registro civil de pessoas jurídicas, para os fins indicados.
- C** O registro de autônomo que explore atividade econômica deve ser realizado no mesmo livro em que são lavrados os registros das associações públicas e privadas.
- D** As sociedades civis e religiosas, as fundações, as associações, as empresas de radiodifusão e as agências de notícias devem ser inscritas no Livro A, que deve conter 300 folhas.
- E** Os jornais ou outras publicações periódicas devem ser matriculados no Livro B, devendo o pedido de matrícula ser instruído com documentos, entre outros, em que constem nome, idade, residência e prova da nacionalidade do seu diretor ou redator-chefe.

**QUESTÃO 97**

Com base na lei que dispõe sobre os registros públicos, assinale a opção correta.

- A** As oficinas de impressoras pertencentes a pessoas jurídica com finalidade mercantil devem ser matriculadas na junta comercial respectiva.
- B** A existência legal das pessoas jurídicas se iniciará quinze dias após a inscrição de seus atos constitutivos no registro civil de pessoas jurídicas.
- C** Os atos constitutivos a serem registrados no registro civil de pessoas jurídicas deverão ser afixados no cartório durante quinze dias, de forma a permitir a qualquer interessado apresentar impugnação em relação à nocividade das atividades constantes no objeto da pessoa jurídica constituída.
- D** O procedimento de matrícula é simplificado, em relação ao de registro, já que, para a matrícula, não é necessária a apresentação de duas vias do estatuto, compromisso ou contrato da pessoa jurídica.
- E** Os jornais e as publicações periódicas de cuja matrícula não constem os nomes e as qualificações do proprietário serão considerados clandestinos.

**QUESTÃO 98**

Em relação à escrituração, averbação e transcrição de títulos e documentos, assinale a opção correta.

- A** Em se tratando de contratos de parceria agrícola, não será possível estabelecer o credor e o devedor, devendo o registro ser feito com a declaração de ambos os parceiros.
- B** É possível efetivar o registro por meio de microfilmagem, desde que, por lançamentos remissivos, com menção ao protocolo, ao nome dos contratantes, à data e à natureza dos documentos apresentados, sejam os microfimes havidos como parte integrantes dos livros de registro, nos termos de abertura e encerramento.
- C** No livro destinado ao protocolo devem constar apenas os apontamentos dos títulos, documentos e papéis apresentados para registro.
- D** Não é necessário constar, no indicador pessoal, o registro das pessoas que figurarem passivamente dos livros de registros.
- E** Dispensa-se o registro de documento impresso idêntico a outro já anteriormente registrado na íntegra.

**QUESTÃO 99**

Em 2/7/2013, Ana Maria transferiu sua posição ativa da relação obrigacional de crédito que mantinha perante João (devedor) a Rafael, tendo sido a cessão de crédito apresentada ao registro de títulos e documentos somente no dia 1.º/8/2013 e registrada, em face do acúmulo de serviços, no dia 11/8/2013.

Com base na situação acima, assinale a opção correta.

- A** Extrapolado o prazo legal para o registro, a eficácia dos efeitos do registro perante terceiros passou a existir a partir da data de apresentação.
- B** Caso da ausência de registro do ato obrigacional no prazo legal decorra algum prejuízo a terceiros, as partes estarão sujeitas ao pagamento de multa.
- C** Apresentado fora do prazo, o ato obrigacional somente pôde ser registrado após distribuição.
- D** Tendo sido apresentado dentro do prazo legal, o ato obrigacional passou a surtir efeitos, perante as partes e terceiros, na data de sua assinatura.
- E** Sendo o registro condição para a eficácia do ato de cessão celebrado, o efeito da relação obrigacional, tanto para as partes como para terceiros, passou a valer somente a partir do dia 11/8/2013.

**QUESTÃO 100**

Consoante a Lei de Registros Públicos, para que surtam efeitos perante terceiros, devem-se submeter a registro no registro de títulos e documentos

- A** os contratos de parceria agrícola ou pecuária.
- B** os contratos de penhor rural.
- C** as cauções de títulos de crédito.
- D** as cartas de fiança em geral, feitas por instrumento particular, seja qual for a natureza do compromisso por elas abonado.
- E** os contratos de locação com cláusula de vigência para hipótese de alienação.



**cespeUnB**

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos